

LEI/DECRETO Nº	EMENTA
LEI ORGÂNICA	LEI ORGÂNICA DE RECIFE-PE
DECRETO Nº 35.534/2022	DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO DA GOVERNANÇA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.
DECRETO Nº 37.581/2024	ALTERA O DECRETO Nº 35.534, DE 06 DE ABRIL DE 2022 QUE DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO DA GOVERNANÇA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.
LEI Nº 14.133/2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
DECRETO Nº 37.574/2024	REGULAMENTA AS PRÁTICAS CONTÍNUAS E PERMANENTES DE GESTÃO DE RISCOS E DO CONTROLE PREVENTIVO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, BEM COMO A ALOCAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.
DECRETO Nº 35.583/2022	INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD).
DECRETO Nº 28.527/2015	REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 17.866/2023, QUE TRATA DO ACESSO, NO MUNICÍPIO, A INFORMAÇÕES PÚBLICAS.
DECRETO Nº 27.627/2013	INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA A COMISSÃO CENTRAL DE ÉTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 17.866/2013	DISCIPLINA O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PÚBLICAS E REGULAMENTA AS RESTRIÇÕES ÀS INFORMAÇÕES SIGILOSAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.
LEI Nº 12.232/2010	DISCIPLINA AS NORMAS GERAIS PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIAS DE PROPAGANDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 30.495/2017	ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 4º DO DECRETO Nº 23.050, DE 21 DE SETEMBRO DE 2007, ALTERADO PELOS DECRETOS MUNICIPAIS NºS 24.666, DE 10 DE AGOSTO DE 2009, 27.143, DE 07 DE JUNHO DE 2013, 28.327, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014 E ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 5º, 8º E 37 DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE TURISMO DO RECIFE - CONTURE, ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 24.666 DE 10 DE AGOSTO DE 2009.
LEI Nº 15.563/1991	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DO RECIFE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 19.148/2023	DISCIPLINA A REDUÇÃO TEMPORÁRIA DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN CONCEDENDO INCENTIVO FISCAL ÀS EMPRESAS DE HOTELARIA NA FORMA EM QUE DISPÕE.
DECRETO Nº 37.668/2024	REGULAMENTA A REDUÇÃO DE ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 19.148, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023, PARA AS EMPRESAS DO SETOR DE HOTELARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 19.172/2023	ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 18.869, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE INSTITUIU O RECENTRO: PLANO DE INCENTIVOS FISCAIS PARA ATIVIDADES ECONÔMICAS, MORADIAS PARA FINS DE INTERESSE SOCIAL, CONSTRUÇÕES OU INTERVENÇÕES DESTINADAS À RECUPERAÇÃO, RENOVAÇÃO, REPARO OU MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS SITUADOS NO SÍTIO HISTÓRICO DOS BAIRROS DO RECIFE, SANTO ANTÔNIO E SÃO JOSÉ.